



CADERNO DE QUESTÕES
XXXIV

3º Simulado - 1ª Fase OAB de Bolso



www.oabdebolso.com

QUESTÃO 1

De acordo com entendimentos jurisprudenciais recentes acerca do procedimento específico referente a prisão de advogados, na atualidade, tem-se que o advogado possui o direito de:

- a)** Não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB, e, na sua falta, em prisão domiciliar.
- b)** Não ser recolhido preso, depois de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB, e, na sua falta, colocado em liberdade.
- c)** Não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, que não precisam ser reconhecidas pela OAB, e, na sua falta, em prisão domiciliar.
- d)** Não ser recolhido preso, depois de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, que não precisam ser reconhecidas pela OAB, e, na sua falta, em prisão domiciliar.

QUESTÃO 2

É competência da Segunda Câmara do Conselho Federal, que é presidida pelo Secretário-Geral, de acordo com o Regulamento Geral da OAB:

- a)** Apreciar os relatórios anuais e deliberar sobre o balanço e as contas da Diretoria do Conselho Federal e dos Conselhos Seccionais.
- b)** Decidir os recursos sobre ética e deveres do advogado, infrações e sanções disciplinares.
- c)** Decidir os recursos sobre atividade de advocacia e direitos e prerrogativas dos advogados e estagiários.
- d)** Suprir as omissões ou regulamentar as normas aplicáveis às Caixas de Assistência dos Advogados, inclusive mediante resoluções.

QUESTÃO 3

Tibério Antunes, Conselheiro Seccional, foi acusado injustamente de incorrer em conduta passível de punição. Em sede de processo disciplinar, ele deseja se defender, mas não sabe se é possível. Você, enquanto estudioso das normas disciplinares, responde que:

- a)** Todos os que estão investidos em cargos da OAB são legitimados para atuarem em todos os processos que tramitem perante a Ordem.
- b)** Em nenhuma ocasião, o advogado que exerce cargo ou função em órgão da OAB não poderá atuar em processos que tramitem perante a entidade.
- c)** O advogado que exerce cargo ou função em órgão da OAB não poderá atuar em processos que tramitem perante a entidade, exceto se for para defender um colega da profissão.
- d)** Salvo em causa própria, o advogado que exerce cargo ou função em órgão da OAB não poderá atuar em processos que tramitem perante a entidade.

QUESTÃO 4

Ananias, ao saber que Ágata é advogada que presta serviços perante a Administração Pública do estado X e possui vasta experiência, a contrata para que venha a visar o ato constitutivo de sua pessoa jurídica para fins de averbá-lo perante a Junta Comercial do mesmo estado. Sobre tal situação, qual a alternativa correta?

- a)** Estão impedidos de visar atos constitutivos de pessoas jurídicas, os advogados que prestem serviços a órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta de qualquer unidade federativa.
- b)** Em nenhuma hipótese poderá o advogado, que preste serviços a órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, apor o visto em atos constitutivos de pessoas jurídicas.
- c)** Estão impedidos de visar atos constitutivos de pessoas jurídicas os advogados que prestem serviços a órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, da unidade federativa a que se vincule a Junta Comercial.
- d)** Não estão impedidos de visar atos constitutivos de pessoas jurídicas, os advogados que prestem serviços a órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta de qualquer unidade federativa.

QUESTÃO 5

Acerca da Publicidade Profissional da advocacia, é errado afirmar que:

- a)** São admissíveis como formas de publicidade o patrocínio de eventos ou publicações de caráter científico ou cultural, assim como a divulgação de boletins, por meio físico ou eletrônico, sobre matéria cultural de interesse dos advogados, desde que sua circulação fique adstrita a clientes e a interessados do meio jurídico.
- b)** É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.
- c)** Quando se mostrar pertinente, será autorizada a veiculação dos serviços profissionais dos advogados por meio de rádio, cinema e televisão.
- d)** Ao advogado é vedado insinuar-se para reportagens e declarações públicas.

QUESTÃO 6

Bentinho acabou de se formar em Direito como bacharel, de modo que por trabalhar durante a graduação não conseguiu estagiar. Objetivando angariar experiência, ele começa a estagiar em um escritório de advocacia renomado na região. Pesquisando sobre a possibilidade de se tornar um estagiário inscrito na OAB, ele descobriu que:

- a)** Apenas os aprovados no exame da ordem podem se inscrever como estagiário na OAB.
- b)** Somente é possível se tornar um estagiário filiado a OAB se o interessado ainda estiver cursando a graduação.
- c)** Ao bacharel em direito também é dada a possibilidade de se tornar um estagiário inscrito na OAB.
- d)** Não há diferença na abrangência de poderes entre o estagiário inscrito na OAB e o não inscrito.

QUESTÃO 7

Ariel, exercendo suas atividades como advogado, comparece à audiência designada para ocorrer às 15 horas. Aguarda algum tempo, mas não recebe qualquer notícia do início dos trabalhos forenses. Nesse caso, consoante o Estatuto da Advocacia, protocolizando comunicação em juízo, pode retirar-se do recinto passados:

- a) vinte minutos do horário designado.
- b) trinta minutos do horário designado.
- c) quarenta minutos do horário designado.
- d) cinquenta minutos do horário designado.

QUESTÃO 8

A advogada Paulina está em seu quinto mês de gravidez. Como exerce a profissão como única patrona nas causas em que atua, ela recebe encontrar algumas dificuldades durante a gravidez e após o parto. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) O Estatuto da OAB confere a Paulina o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, vagas reservadas nas garagens dos fóruns onde atuar, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.
- b) O Estatuto da OAB não possui direitos especialmente conferidos às advogadas grávidas, mas aplicam-se a Paulina as disposições da CLT relativas à proteção, à maternidade e à trabalhadora gestante.
- c) O Estatuto da OAB confere a Paulina o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais e preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia, mas não dispõe sobre vagas reservadas nas garagens dos fóruns e suspensão dos prazos processuais quando der à luz.
- d) O Estatuto da OAB confere a Paulina o direito de entrar nos tribunais sem submissão aos detectores de metais, preferência na ordem das audiências a serem realizadas a cada dia e vagas reservadas nas garagens dos fóruns, mas não dispõe sobre suspensão dos prazos processuais quando der à luz.

QUESTÃO 9

O pensamento do filósofo Immanuel Kant teve grande influência na delimitação entre moral e direito. Conhecido por suas obras críticas, Kant buscou, no âmbito da Crítica da Razão Prática, estabelecer o princípio supremo da moralidade assentado na autonomia da vontade. Considerando a doutrina de Kant, assinale a alternativa incorreta.

- a)** O conceito moral de boa vontade está obrigatoriamente interligado ao resultado da ação.
- b)** O imperativo categórico representa uma ação objetivamente necessária dada pela razão.
- c)** Existe uma lei moral universal.
- d)** O valor moral de uma ação não depende da realidade objetiva que com ela se busca atingir, mas sim é conhecido a priori pela razão.

QUESTÃO 10

Miguel Reale, renomado jurista brasileiro do século XX, vincula-se à corrente jurídica que defende ser o direito composto de três dimensões: normas, fatos e valores. É a chamada teoria tridimensionalista do direito. I. Há casos em que nos sentimos determinados a agir segundo valores que se põem além do plano de nossa existência, não se proporcionando à dos outros homens, nem tampouco à da totalidade dos homens e à sua história. Tais valores não se referem também à sociedade tomada como um todo distinto de seus elementos componentes ou à síntese das aspirações humanas. II. Praticamos determinado ato e sentimos que é reflexo ou expressão de nossa personalidade, e que, por conseguinte, o motivo de nosso agir é um motivo que se põe radicalmente em nós. A instância última do agir é o homem na sua subjetividade consciente. III. [...] não se polariza em um sujeito ou no outro sujeito, mas é transubjetiva. [...] apresenta sempre a característica de unir duas pessoas entre si, em razão de algo que atribui às duas certo comportamento e certas exigibilidades. O enlace objetivo de conduta que constitui e delimita exigibilidades entre dois ou mais sujeitos, ambos integrados por algo que os supera, é o que chamamos de bilateralidade atributiva. (REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 2018, p. 383, 385 e 392) Diante do exposto, os textos transcritos em cada um dos itens correspondem a, respectivamente, condutas de natureza:

- a)** Jurídica, moral e religiosa
- b)** Moral, religiosa e jurídica
- c)** Religiosa, jurídica e moral
- d)** Religiosa, moral e jurídica

QUESTÃO 11

Evanisse, estudante de Direito, ao verificar a matéria das competências constitucionais, fica em dúvida sobre qual é o ente competente para legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão. Você, outro estudante preparado, responde que:

- a)** Constitui-se como competência privativa dos Estados
- b)** É de competência privativa da União
- c)** Por ser competência concorrente, cabe à União, Estados, Distrito Federal e Municípios legislar sobre.
- d)** Considera-se competência exclusiva da união.

QUESTÃO 12

Ao Congresso Nacional compete exclusivamente resolver definitivamente tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, o que deve ser feito através de:

- a)** Medida Provisória
- b)** Decreto-Lei
- c)** Emenda Constitucional
- d)** Decreto Legislativo.

QUESTÃO 13

O Art. 4º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão versa o seguinte: “A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.” Os direitos de liberdade são ligados aos direitos civis e políticos que só foram ofertados depois de muita luta ao longo da história. A esses direitos dá-se a classificação de:

- a)** Direitos de Terceira Dimensão, com caráter amplo e relacionado ao progresso da humanidade de forma coletiva.
- b)** Direitos de Primeira Dimensão, individualmente exercidos e com caráter negativo por exigirem abstenção do estado.
- c)** Direitos de Segunda Dimensão, cuja essência reside no caráter prestacional do estado que a todos da sociedade deve amparar.
- d)** Direitos de Primeira Dimensão, que abordam os direitos que precisam de uma prestação direta do estado para que se efetivem.

QUESTÃO 14

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi ajuizada requerendo expressamente que se declare inconstitucional o Art. 8º da Lei Y. O Supremo Tribunal Federal (STF), ao apreciar o pedido, apenas declarou inconstitucional uma interpretação possível da norma impugnada, sem declarar sua invalidade, e determinou que sua decisão só acarretasse efeitos a partir do seu trânsito em julgado. Com base na situação acima, assinale a afirmativa correta.

- a)** O STF, como órgão do Poder Judiciário, por força do princípio da correlação, não poderia julgar de forma distinta daquela requerida pela parte autora.
- b)** O STF, no controle abstrato de constitucionalidade, não está adstrito ao pedido formulado na inicial, podendo, inclusive, fazer uma interpretação conforme a Constituição, a despeito de expresso requerimento pela declaração de invalidade da norma.
- c)** A modulação dos efeitos das decisões do STF em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é possível, desde que com a aprovação da maioria absoluta dos seus membros.
- d)** O STF não pode fixar os efeitos da decisão a partir do seu trânsito em julgado, pois, em conformidade com o princípio da supremacia da Constituição, a pecha da inconstitucionalidade contamina a lei desde a sua gênese.

QUESTÃO 15

Visando ao desenvolvimento e à redução das desigualdades no sertão nordestino do Brasil, o Governo Federal editou a Lei Complementar Z, que dispôs sobre a concessão de isenções e reduções temporárias de tributos federais devidos por pessoas físicas e jurídicas situadas na referida região. Sobre a Lei Complementar Z, assinale a afirmativa correta.

- a)** É formalmente inconstitucional, eis que a Constituição da República de 1988 proíbe expressamente a criação de regiões, para efeitos administrativos, pela União.
- b)** É materialmente inconstitucional, sendo vedada a concessão de incentivos regionais de tributos federais, sob pena de violação ao princípio da isonomia federativa.
- c)** É formal e materialmente constitucional, sendo possível que a União conceda incentivos visando ao desenvolvimento econômico e à redução das desigualdades no sertão nordestino.
- d)** Apresenta inconstitucionalidade formal subjetiva, eis que cabe aos Estados e ao Distrito Federal, privativamente, criar regiões administrativas visando ao seu desenvolvimento e à redução das desigualdades.

QUESTÃO 16

Determinado grupo autodenominado "Bicho Solto" passou a se organizar sob a forma de associação. No seu estatuto, é possível identificar claros propósitos de incitação à violência contra indivíduos pertencentes a determinadas minorias sociais. Diversas organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos humanos, bem como o Ministério Público, ajuizaram medidas judiciais solicitando a sua imediata dissolução. Segundo a Constituição Federal, a respeito da hipótese formulada, assinale a afirmativa correta.

- a)** A associação não poderá sofrer qualquer intervenção do Poder Judiciário, pois é vedada a interferência estatal no funcionamento das associações.
- b)** Caso o pedido de dissolução seja acolhido, a associação poderá ser compulsoriamente dissolvida, independentemente do trânsito em julgado da sentença judicial.
- c)** A associação poderá ter suas atividades imediatamente suspensas por decisão judicial, independentemente do seu trânsito em julgado.
- d)** Apenas se justificaria a intervenção estatal se caracterizada a natureza paramilitar da associação em comento.

QUESTÃO 17

Diante da ausência de lei regulamentadora de direito social previsto na Constituição da República, cuja edição é de competência da União e da constatação de que a mora legislativa já fora reconhecida em diversas decisões do tribunal competente, o Sindicato dos Enfermeiros do Estado Beta, organização sindical regularmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, ingressa com Mandado de Injunção Coletivo perante o Supremo Tribunal Federal, pugnando pelo estabelecimento das condições necessárias à fruição do referido direito, de interesse de todos os servidores públicos lotados no Hospital Santa Efigênia do respectivo ente, uma fundação pública estadual. A partir do caso apresentado, com base na Constituição vigente e na Lei nº 13.300/16, assinale a afirmativa correta.

- a)** A petição inicial do Mandado de Injunção Coletivo deverá ser indeferida desde logo, eis que manifestamente incabível, pois o autor não tem legitimidade ativa para a sua propositura.
- b)** Ainda que reconhecido o estado de mora legislativa, o Supremo Tribunal Federal não pode estabelecer as condições para o exercício de um direito social.
- c)** O Mandado de Injunção Coletivo deveria ter sido proposto perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, pois a decisão abrangerá apenas os servidores da fundação pública estadual do respectivo ente.
- d)** Com o trânsito em julgado da decisão do Supremo Tribunal Federal, julgando procedente o pedido formulado, seus efeitos podem ser estendidos a casos análogos por decisão monocrática do relator.

QUESTÃO 18

Com relação ao incidente de deslocamento de competência para a justiça federal nos casos de grave violação de direitos humanos, é correto afirmar que:

- a)** poderá ser suscitado perante o Superior Tribunal de Justiça por meio do Procurador-Geral da República.
- b)** poderá ser suscitado perante o Supremo Tribunal Federal por meio do Procurador-Geral da República.
- c)** poderá ser suscitado perante o Supremo Tribunal Federal por meio do Procurador-Geral da República ou pelo advogado-geral da União.
- d)** poderá ser suscitado perante o Superior Tribunal de Justiça por meio do Procurador-Geral da República ou pelo Advogado-Geral da União.

QUESTÃO 19

De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Decreto nº 592/92), toda pessoa acusada de um delito terá direito, em plena igualdade, a, pelo menos, as seguintes garantias, exceto:

- a)** de ser julgada sem dilações indevidas.
- b)** de comunicar-se com um defensor de sua escolha e de dispor dos meios e do tempo necessários à preparação de sua defesa, sendo esta de, no mínimo, 15 dias.
- c)** de ser assistida gratuitamente por um intérprete, caso não compreenda ou não fale a língua empregada durante o julgamento.
- d)** de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada.

QUESTÃO 20

De acordo com a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, a aplicação provisória de um tratado ou parte de um tratado, em relação a um Estado,

- a)** é permitida, em alguns casos, após a entrada em vigor do tratado.
- b)** deve ser expressamente prevista.
- c)** apenas termina com a anuência de todos os Estados-partes.
- d)** termina se esse Estado notificar aos outros Estados, entre os quais o tratado é aplicado provisoriamente, sua intenção de não se tornar parte no tratado.

QUESTÃO 21

Chiamaka, angolana residente no Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, deseja requerer a nacionalidade brasileira. Neste caso, de acordo com a Lei de Migração (Lei nº 13.445/17), a naturalização a ser concedida a Chiamaka será a:

- a)** ordinária.
- b)** extraordinária.
- c)** especial.
- d)** provisória.

QUESTÃO 22

A obrigação tributária é resultante do fato gerador ou, em outras palavras, da concretização do paradigma legal previsto abstratamente na hipótese de incidência tributária. Pode ser analisada a partir de quatro elementos formadores: sujeito ativo, sujeito passivo, objeto e causa.

Quanto ao sujeito ativo, assinale a opção correta.

- a)** O sujeito ativo ocupa o lado devedor da relação intersubjetiva tributária, representado pelos entes destinatários da invasão patrimonial na retirada compulsória de valores, a título de tributos (e, ainda, multas).
- b)** O sujeito ativo, isto é, as pessoas jurídicas de direito público competentes para a exigência do tributo, podem executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, sendo-lhes vedado delegar a outrem as funções de arrecadação ou fiscalização.
- c)** O sujeito ativo direto são as entidades parafiscais (CRM, CRC, CROSP etc.), os quais detêm o poder arrecadatório e fiscalizatório (capacidade tributária ativa).
- d)** O tributo deverá ser pago a um sujeito ativo, e não a mais de um.

QUESTÃO 23

Diante das grandes despesas decorrentes do estado de calamidade pública provocada pela pandemia do coronavírus, a União, por meio de lei ordinária, criou empréstimo compulsório. Devido a urgência na obtenção de recursos financeiros, a referida lei determinou que o tributo seria devido a partir do momento da publicação da lei. Quanto aos fatos, assinale a alternativa correta.

- a)** O empréstimo compulsório deveria obedecer ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- b)** Em razão da situação de grande relevância e urgência, o empréstimo compulsório poderia ter sido instituído por Medida Provisória.
- c)** O empréstimo compulsório deveria ter sido instituído por lei complementar.
- d)** A União não pode instituir empréstimo compulsório nos casos de grandes despesas decorrentes de calamidade pública por expressa previsão legal.

QUESTÃO 24

O Código Tributário Nacional regula a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, arrolando hipóteses em que o Fisco fica impedido de exigir a sua satisfação e, mesmo, de tomar qualquer medida com vista a constranger o contribuinte ao pagamento. Assim, assinale a alternativa que contempla apenas hipóteses de suspensão do crédito tributário.

- a)** O depósito do seu montante integral e o parcelamento.
- b)** A consignação em pagamento e a remissão.
- c)** O pagamento e a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- d)** A moratória e a transação.

QUESTÃO 25

Quanto ao tema referente à repartição das receitas tributárias, a Constituição Federal determinou que a receita de alguns impostos da União seja compartilhada com os demais entes federativos. No entanto, existe um determinado imposto que não é objeto de repartição e a arrecadação fica exclusivamente com a União Federal. Trata-se do imposto:

- a)** sobre a renda.
- b)** sobre produtos industrializados.
- c)** sobre a importação.
- d)** territorial rural.

QUESTÃO 26

O art. 108 do Código Tributário Nacional versa sobre as hipóteses de integração da legislação tributária. Segundo o referido dispositivo, verifica-se que há uma ordem de preferência a ser seguida no uso dos meios ou instrumentos de integração em caso de ausência de disposição expressa da lei. Assim, assinale a alternativa que apresenta corretamente esta ordem.

- a)** Os princípios gerais de direito tributário, a equidade, a analogia e os princípios gerais de direito público.
- b)** A analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- c)** Os princípios gerais de direito público, a analogia, a equidade e os princípios gerais de direito tributário.
- d)** A equidade, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a analogia.

QUESTÃO 27

Sabrina, servidora pública titular de cargo efetivo da Câmara Legislativa de seu Estado, completou todas as exigências legais para ter direito a aposentadoria voluntária, contudo, preferiu continuar exercendo normalmente as suas atividades. Neste caso, é correto afirmar que:

- a)** a servidora fará jus a uma aposentadoria por tempo de serviço.
- b)** a servidora fará jus a um adicional por serviço extraordinário.
- c)** a servidora fará jus a uma indenização por tempo de contribuição.
- d)** a servidora fará jus a um abono de permanência.

QUESTÃO 28

Por intermédio de uma ordem de serviço, o Procurador-Chefe determinou a forma de como se daria a distribuição dos processos na procuradoria. Neste caso, a ordem de serviço expedida constitui um ato administrativo:

- a)** normativo.
- b)** ordinatório.
- c)** enunciativo.
- d)** negocial.

QUESTÃO 29

Uma fundação pública, que se encontra em funcionamento regular há cinco anos, na área de promoção da assistência social, pretende qualificar-se junto ao Município "Y" como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para firmar parceria de atuação de combate à pobreza. Quanto à situação descrita, e considerando as disposições da Lei nº 9.790/99 (Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), assinale a alternativa correta.

- a)** A parceria pretendida poderá ser firmada, desde que a fundação pública não tenha fins lucrativos e apresente as garantias exigidas por lei.
- b)** A parceria pretendida não poderá ser firmada, uma vez que a fundação pública não está em funcionamento regular há mais de dez anos, como exigido pela lei.
- c)** A parceria pretendida não poderá ser firmada, pois as fundações públicas não podem se qualificar como OSCIPs.
- d)** A parceria pretendida poderá ser firmada, por atender a todos os requisitos legais para a fundação pública qualificar-se como OSCIPs.

QUESTÃO 30

O serviço público de abastecimento de água é imprescindível para as necessidades diárias de toda a população que se utiliza desse serviço. Sendo assim, tal serviço deve ser prestado de forma contínua aos usuários. Esta situação caracteriza determinado princípio aplicável à prestação dos serviços públicos. Assinale a alternativa que apresenta o referido princípio.

- a)** Princípio da gratuidade, tendo em vista que toda a sociedade tem direito a acesso aos serviços públicos essenciais de forma integral e sem quaisquer custos, sendo permitida uma interrupção a cada mês.
- b)** Princípio da continuidade, no entanto, não se caracteriza como descontinuidade do serviço público a sua interrupção nos casos de emergência ou após prévio aviso na forma da lei.
- c)** Princípio da generalidade, que garante o acesso de todos aos serviços públicos ditos primários, os quais não podem ser interrompidos em qualquer situação.
- d)** Princípio da atualidade, o qual acarreta a obrigação do poder público de não descontinuar, em qualquer situação, a prestação dos serviços públicos essenciais.

QUESTÃO 31

Uma entidade da Administração Pública Indireta, com personalidade jurídica de direito privado, que possui patrimônio próprio e capital integralmente público, foi alvo de ação criminosa liderada por bandidos fortemente armados que, inclusive, fizeram vários reféns. Analisando os elementos constantes da situação descrita, é possível concluir que o crime foi cometido em uma:

- a)** Autarquia.
- b)** Empresa Pública.
- c)** Sociedade de Economia Mista.
- d)** Fundação Pública.

QUESTÃO 32

Além de estabelecer novos princípios, a Nova Lei de Licitações afirma que, na sua aplicação, deverão ser observadas as disposições do Decreto-Lei nº 4.657/1942, que é a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. E dentre os novos princípios, o da celeridade tenta imprimir uma maior agilidade aos procedimentos licitatórios, tendo como um ótimo exemplo:

- a)** a minimização de custos, sem comprometer a qualidade.
- b)** evitar a concentração de competências em um único agente público.
- c)** a inversão das fases, sendo o julgamento antes da habilitação.
- d)** a uniformidade de entendimentos.

QUESTÃO 33

Verificada a prática de infração ambiental, a Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) determina que os produtos e instrumentos utilizados na prática da infração devem ser apreendidos, lavrando-se os respectivos autos. Nesse caso, qual a correta destinação dos instrumentos utilizados na prática da infração ambiental que forem apreendidos pela fiscalização?

- a)** Serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.
- b)** Serão descaracterizados e doados para instituições científicas.
- c)** Serão doados a instituições científicas.
- d)** Serão destruídos.

QUESTÃO 34

Uma indústria petroquímica tem lançado na natureza grande quantidade de efluentes líquidos, como o descarte vem ocorrendo sem o devido tratamento, a consequência são os graves danos à natureza. Assim, constatada a conduta lesiva ao meio ambiente, a pessoa jurídica infratora estará sujeita a:

- a)** sanções penais, apenas.
- b)** sanções administrativas, apenas.
- c)** efetuar a reparação do dano, apenas.
- d)** sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

QUESTÃO 35

David estava caminhando em um parque em uma noite chuvosa, quando Arthur, o empregado da sociedade empresária contratada para realizar o serviço de jardinagem do local perdeu o controle do cortador de grama e acabou por decepar parte do pé de David. Percebendo-se culpado, o empregado evadiu-se do local. Após ter recebido alta médica, David procura seu advogado, desejando obter uma indenização pelos danos experimentados. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** A sociedade empresária de jardinagem não pode ser civilmente responsabilizada pelos danos praticados pelo seu empregado.
- b)** O empregador é responsável, objetivamente, pela reparação civil decorrente de atos praticados por seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.
- c)** O empregador é responsável, subjetivamente, pela reparação civil decorrente de atos praticados por seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele.
- d)** o empregado é responsável pela reparação do dano, desde que tenha agido com dolo ou culpa, não sendo possível a responsabilização do empregador, salvo se a atividade exercida for de risco.

QUESTÃO 36

Klaus é casado com Isabelly sob regime de comunhão parcial de bens. Em virtude de desavenças no relacionamento, o casal acabou se distanciando. Com o iminente fim da relação conjugal, Isabelly descobriu que Klaus estava prestes a realizar a doação de um automóvel adquirido onerosamente por ambos na constância do casamento. Diante do caso hipotético apresentado, aponte a assertiva correta:

- a)** Caso a doação venha a ser efetivada, ela é válida, em razão do regime de bens.
- b)** A doação seria anulável, eis que nenhum dos cônjuges pode, sem a autorização do outro, fazer doação de bens comuns ou que possam integrar futura meação.
- c)** A doação é nula de pleno direito, em razão da ausência de autorização do outro cônjuge (outorga conjugal).
- d)** Caso a doação venha a ser efetivada, ela é válida, considerando que a expressão da vontade de um dos cônjuges não está vinculada à do outro, sendo possível a doação do bem móvel sem autorização, independente do regime de bens.

QUESTÃO 37

Alberto celebrou com o Banco Deve Mais Dinheiro contrato de empréstimo, tendo Manoel, seu irmão, atuado na condição de fiador com solidariedade. Alberto e Manoel, considerando o elevado valor dos reajustes aplicados, ajuizaram ação em face da instituição financeira, questionando os critérios matemáticos utilizados para a atualização da quantia devida. Manoel pleiteou, ainda, a extinção da fiança, sob a alegação de que o réu havia concedido moratória a Alberto, sem o seu consentimento. Na contestação apresentada, o banco opôs-se à extinção da fiança, unicamente sob a alegação de que a responsabilidade dos devedores era solidária. Diante do caso hipotético apresentado, em relação à extinção da fiança, assinale a alternativa correta.

- a)** Deve ser acolhida a alegação de Manoel, uma vez que a fiança se extingue se for concedida moratória ao devedor sem o seu consentimento, ainda que a responsabilidade seja solidária.
- b)** Deve ser acolhida a alegação do Banco Deve Mais Dinheiro, em razão da responsabilidade solidária.
- c)** Deve ser acolhida a alegação do Banco Deve Mais Dinheiro, pois o fiador somente ficará desobrigado se, com o seu consentimento, o credor conceder moratória ao devedor.
- d)** Nenhuma alegação deve ser acolhida, pois a obrigação do fiador extingue-se apenas com sua morte.

QUESTÃO 38

Janaina ajuizou ação em face de Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. pleiteando indenização por danos morais e materiais. Na petição inicial, Janaina informa que seu marido, Wellington, falecido há três anos, e cujo inventário já foi concluído e encerrado, foi modelo fotográfico e que o réu vem se utilizando da imagem dele, sem qualquer autorização, para fazer publicidade de seus produtos. Em contestação, Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. suscita preliminar de ilegitimidade da parte autora, pois alega que a ação deveria ter sido ajuizada pelo espólio do falecido, e não por sua esposa em nome próprio. No mérito, Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. alega a ausência de prova de prejuízo material ou moral decorrente da exposição da imagem do falecido. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** A alegação preliminar de ilegitimidade e a alegação de mérito referente à ausência de prova de prejuízo devem ser acolhidas pelo magistrado.
- b)** A alegação preliminar de ilegitimidade deve ser acolhida pelo magistrado, já com relação à alegação de mérito não, pois a indenização por lesão a direito à imagem, em publicação com fins comerciais, independe de prova de prejuízo.
- c)** A alegação preliminar de ilegitimidade não deve ser acolhida pelo magistrado, pois o cônjuge tem legitimidade para requerer indenização por lesão a direito da personalidade de morto, já com relação à alegação de mérito deve ser acolhida.
- d)** Nenhuma das alegações da parte ré devem ser acolhidas pelo magistrado, pois o cônjuge tem legitimidade para requerer indenização por lesão a direito da personalidade de morto e a indenização por lesão a direito à imagem, em publicação com fins comerciais, independe de prova de prejuízo.

QUESTÃO 39

Luiza é viúva, mãe de 3 filhos pequenos e está desempregada. Sem ter onde morar e sem ser proprietária de outro imóvel, adentra, sem violência, à vista de todos, um terreno de 100 m², vazio e aparentemente abandonado na zona rural de Surubim/PE, em 20/01/2015. Com a ajuda de amigos, constrói um pequeno cômodo e começa a plantar para garantir a subsistência da família. Depois de alguns bons resultados na colheita, passa a vender o excedente da sua produção, fazendo da agricultura sua fonte de renda. Em 01/11/2021, Luiza procura orientação jurídica especializada para saber dos seus direitos sobre o imóvel que ocupa, sem oposição, desde 2015. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta:

- a)** Luiza não está apta a pleitear a aquisição da propriedade pela usucapião na modalidade especial rural, pois tem que ser possuidora da área por oito anos ininterruptos, sem oposição.
- b)** Luiza não está apta a pleitear a aquisição da propriedade pela usucapião na modalidade especial rural, pois a área deve ser superior a cento e cinquenta hectares e ser tornada produtiva.
- c)** Luiza está apta a pleitear a aquisição da propriedade pela usucapião na modalidade especial rural, mas teria que anexar certidões negativas de todos os registros públicos do país, para provar que não é proprietária de outro imóvel rural ou urbano.
- d)** Luiza está apta a pleitear a aquisição da propriedade pela usucapião na modalidade especial rural.

QUESTÃO 40

Mônica, 14 anos, vai até a Defensoria Pública de sua cidade com o objetivo de ajuizar ação revisional de alimentos em face do seu pai, argumentando que começou a se preparar para o vestibular seriado e, por isso, quer majorar o valor da pensão, em razão do aumento das suas despesas. Ao analisar a petição inicial, o Juiz determinou que houvesse a regularização de sua representação processual, tendo em vista ser necessário a presença do seu responsável legal. Diante do caso hipotético apresentado, o motivo da ordem judicial é:

- a)** os menores impúberes só podem exercer pessoalmente os atos da vida civil quando comprovarem possuir o necessário discernimento para a prática desses atos.
- b)** a personalidade civil começa aos 18 (dezoito) anos e, por isso, os menores precisam da assistência de seus representantes legais para praticar atos da vida civil;
- c)** os menores impúberes só podem exercer os atos da vida civil representados por seus representantes legais;
- d)** Mônica, menor púbere, deve ser assistida por seu representante legal na prática dos atos da vida civil;

QUESTÃO 41

A Lei 13.465/2017 introduziu um tratamento relativo à laje, além de sua previsão no rol dos direitos reais, previsto no art. 1.225 do Código Civil (inc. XIII). O objetivo da introdução do instituto é de regularização de áreas favelizadas, conhecidas popularmente como comunidades. Diante do exposto, o direito real de laje, consiste:

- a)** na possibilidade de coexistência de unidades imobiliárias autônomas de titularidades distintas situadas em uma mesma área, de maneira a permitir que o proprietário ceda a superfície de sua construção a fim de que terceiro edifique unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo.
- b)** na possibilidade de divisão de unidades autônomas integrantes de condomínio edilício, desde que todas as unidades possuam isolamento funcional e acesso independente, devendo ser aberta matrícula própria para cada uma das referidas unidades.
- c)** na concessão a outrem do direito de usar o pavimento superior de sua construção, por tempo determinado, averbando-se tal prerrogativa na matrícula do imóvel.
- d)** na concessão a outrem do direito de construir em seu terreno, por tempo determinado, utilizando-se a construção especificamente para fins de moradia.

QUESTÃO 42

O diretor de uma escola pública, muito atento ao comportamento dos alunos, verificou que nos últimos dias alguns adolescentes, considerados populares na escola, agora andavam bastante deprimidos e com os semblantes tristes. Ao conversar com eles, o diretor descobriu que aqueles adolescentes estavam sendo vítimas de tratamento degradante, homofóbico, castigo físico e intolerância religiosa por parte de pessoas integrantes da mesma comunidade de onde residem. Diante dessa situação, considerando o disposto no art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que o diretor da escola deverá comunicar obrigatoriamente ao Conselho Tutelar da localidade os casos de:

- a)** tratamento degradante e homofobia.
- b)** castigo físico e intolerância religiosa.
- c)** tratamento degradante e castigo físico.
- d)** homofobia e intolerância religiosa.

QUESTÃO 43

Considere as seguintes situações hipotéticas: i) Jonas, servidor público atuante na 1ª Vara da Infância e Juventude, sem autorização de seu superior, divulgou a toda imprensa o nome de "Y", do qual teve conhecimento através de seu acesso a determinado procedimento judicial que atribui ao adolescente ato infracional. ii) O Conselheiro Tutelar se dirigiu até a casa de Francisco para averiguar denúncias de maus tratos contra seus filhos menores. Contudo, a ação do profissional foi impedida pelo particular, que dificultava o exercício de suas funções. iii) Olga, que tem sob sua guarda Maria, criança com 6 anos de idade, está sendo acusada por descumprir, dolosamente, os deveres decorrentes da guarda, o que restou devidamente comprovado em juízo. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que responderá(ão) por infração administrativa:

- a)** Jonas, Francisco e Olga.
- b)** Olga e Jonas.
- c)** Francisco e Olga.
- d)** Jonas e Francisco.

QUESTÃO 44

No Código de Defesa do Consumidor há duas modalidades de inversão do ônus da prova, a inversão *ope judicis*, quando o ônus probante será invertido a critério do juiz segundo suas regras ordinárias de experiência, não sendo, portanto, uma inversão obrigatória; e a inversão *ope legis*, decorrente da lei, sendo uma inversão obrigatória, ocorrendo independentemente de qualquer critério de apreciação judicial. No que se refere a inversão *ope judicis*, de acordo com o entendimento pacífico do STJ, assinale a opção que indica o momento adequado em que o juiz, segundo os seus critérios, deve determiná-la.

- a) Na própria sentença, por se tratar de regra de julgamento e não de procedimento.
- b) A qualquer tempo, já que se refere ao aspecto subjetivo do ônus da prova.
- c) Preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurar à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo, a reabertura de oportunidade para apresentação de provas.
- d) Antes da citação do réu, sob pena de ofensa ao contraditório.

QUESTÃO 45

Considere que uma indústria de minério de ferro está sendo construída bem próxima a um rio que tem nascente no Município "Y", sendo a área considerada de proteção ambiental. Nesse caso, dentro da classificação dos direitos transindividuais, é possível concluir que a hipótese é classificada como um direito:

- a) difuso.
- b) individual homogêneo.
- c) individual heterogêneo.
- d) coletivo em sentido estrito.

QUESTÃO 46

Hércules retirou-se de sociedade simples por quebra de *affectio societatis* com os sócios Guarabira, Indianara e Ulices. A sociedade foi constituída por prazo indeterminado, e o direito de retirada foi exercido mediante notificação com o prazo de antecedência legal. O sócio retirante é titular de 35% do capital social. Embora tenha se operado a resolução da sociedade em relação a Hércules, não houve consenso entre ele e os demais sócios quanto ao critério de apuração de haveres fixado no contrato social em vigor (fluxo de caixa descontado). Tal fato motivou o ajuizamento, pelo ex-sócio, de ação de dissolução parcial cujo objeto é somente a apuração de haveres. Sabendo-se que o juiz fixou a data da resolução da sociedade no 60º (sexagésimo) dia seguinte ao do recebimento, pela sociedade, da notificação de Hércules, responda a alternativa correta.

- a) O critério de apuração dos haveres de Hércules deve ter por base o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução da sociedade, e não o fixado no contrato.
- b) Na ação de dissolução parcial, o juiz definirá o critério de apuração dos haveres à vista do disposto no contrato social. O critério do balanço especial ou de determinação somente será observado em caso de omissão do contrato.
- c) a apuração dos haveres de Hércules dar-se-á de acordo com o valor das cotas por ele detidas, consideradas pelo montante efetivamente realizado, as quais serão liquidadas, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data do pagamento, verificada em balanço especialmente levantado.
- d) Na ação de dissolução parcial, o juiz deverá considerar o dia do efetivo recebimento da notificação extrajudicial como sendo a data-base para eventual apuração dos haveres, mediante balanço de determinação.

QUESTÃO 47

Alessandra e Sara são diretoras da Companhia Mineração Carminha S/A e deixaram de comunicar aos investidores pela imprensa e à Bolsa de Valores um fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, por entenderem que sua divulgação poderia colocar em risco o legítimo interesse da companhia, além de frustrar a realização da operação, que deveria ser mantida no mais absoluto sigilo por cláusula de confidencialidade durante as tratativas. De acordo com as normas legais que regem o dever de informar dos administradores de companhias abertas, assinale a alternativa correta:

- a)** As diretoras da Companhia Mineração Carminha S/A descumpriram o dever legal de informar. Nesse caso, a CVM, a pedido de qualquer acionista, ou por iniciativa própria, poderá decidir sobre a prestação de informação e responsabilizar as administradoras pela omissão.
- b)** As diretoras não descumpriram o dever legal de informar, portanto, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não poderia tomar qualquer medida quanto à não divulgação do fato relevante.
- c)** As diretoras descumpriram o dever de informar por que não poderiam ter omitido o fato relevante da Comissão de Valores Mobiliários, a quem cabe, exclusivamente, a discricionariedade de avaliar se a informação colocará ou não em risco o interesse da companhia.
- d)** As diretoras não descumpriram o dever legal de informar o fato relevante ocorrido nos negócios da companhia. Elas podiam deixar de divulgá-lo pelas razões apontadas. No entanto, a Comissão de Valores Mobiliários, a pedido de qualquer acionista, ou por iniciativa própria, poderá decidir sobre a prestação de informação e responsabilizar as administradoras, se for o caso, pela omissão.

QUESTÃO 48

Aelson Arruda recebeu de Yasmin Buarque um cheque por ela emitido na praça do Recife no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e pagável na praça de Camaragibe. O cheque foi emitido em branco, ficando o tomador responsável pela sua nominalização, o que não foi feito. Vinte dias após a emissão e antes da apresentação ao sacado, foram furtados vários documentos da residência do tomador - dentre eles, o referido cheque. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta:

- a)** a medida a ser tomada por Aelson Arruda para impedir o pagamento do cheque do qual foi desapossado, durante o prazo de apresentação, é a contra-ordem.
- b)** o tomador não poderá efetivar nenhuma medida impeditiva ao pagamento do cheque, podendo o sacado efetuar seu pagamento caso o título, devidamente preenchido, seja-lhe apresentado.
- c)** a medida a ser tomada por Aelson Arruda para impedir o pagamento do cheque do qual foi desapossado, durante o prazo de apresentação, é a sustação.
- d)** Durante o prazo de apresentação do cheque, Aelson Arruda pode fazer sustar o seu pagamento, manifestando ao sacado (instituição financeira), por escrito, oposição fundada em relevante razão de direito, devendo a instituição julgar como cabível, ou não, a relevância das razões invocadas como motivo da sustação ou oposição.

QUESTÃO 49

Em 2021, duas companhias, CPU e HD, que atuam de forma independente no mercado de produtos eletrônicos, pretendem unir seus patrimônios em operação societária que promoverá a extinção de ambas para formar uma sociedade nova, que as sucederá nos direitos e obrigações. A sociedade CPU registrou, no último balanço, faturamento bruto anual de R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais) e a sociedade HD teve volume de negócios total no Brasil, em 2020, de R\$ 390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais). Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta:

- a)** Os atos de concentração, como a fusão, devem ser consumados sem necessidade de apreciação pelo CADE.
- b)** A providência prévia à fusão (operação societária) é necessariamente a submissão da operação (ou do ato de concentração) ao CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, independentemente de requisito específico.
- c)** A providência prévia à fusão (operação societária) é a submissão da operação (ou do ato de concentração) ao CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, tendo em vista que as sociedades possuem faturamento bruto anual ou volume de negócios acima dos patamares mínimos legais e pretendem se fundir, sendo anteriormente independentes.
- d)** A fusão não será submetida a apreciação pelo CADE, pois nota-se que tanto a sociedade CPU quanto a sociedade HD não possuem faturamento bruto anual ou volume de negócio total no país superior ao mínimo exigido em lei.

QUESTÃO 50

Muito Mais Comércio Papelaria Ltda. possui no seu quadro societário 3 sócios: Edinaldo, que também é o administrador da sociedade, Isolda, sua esposa e Izaque, seu cunhado. Em razão da pandemia, não foi possível manter o negócio. A situação econômica da empresa já estava difícil desde 2019, mas com a pandemia, piorou absurdamente. Diante desse cenário, em julho de 2021, um de seus credores apresentou pedido de falência. Diante do caso hipotético apresentado, é correto afirmar que:

- a)** Izaque pode ser responsabilizado pessoalmente por dívidas do falido, após haver a desconsideração da personalidade jurídica, hipótese em que o processo de falência fica suspenso até a decisão do incidente;
- b)** a decisão que decreta a falência é passível de impugnação por recurso de agravo de instrumento, no prazo de quinze dias, contando-se em dobro para a parte assistida pela Defensoria Pública;
- c)** o juiz pode decretar a falência da sociedade mesmo que na notificação do respectivo protesto não seja identificada a pessoa que recebeu a intimação;
- d)** havendo a decretação da falência, eventual procedimento arbitral já instaurado deverá ser extinto, diante do juízo universal da falência.

QUESTÃO 51

Klaus, cidadão brasileiro, propõe ação popular em face de vários réus. O pedido é julgado parcialmente procedente para que os réus ressarcam o erário público, mas não no montante requerido pelo autor. As partes são devidamente intimadas da sentença e não interpõem o recurso de apelação. Diante do caso hipotético apresentado, o juiz deve:

- a)** determinar a remessa dos autos ao Tribunal para o reexame necessário no que se refere à improcedência de parte do pedido.
- b)** determinar a remessa dos autos ao Tribunal para reexame necessário da parcela da sentença que acolheu o pedido do autor.
- c)** determinar a certificação do trânsito em julgado, uma vez que não há reexame necessário em ação popular.
- d)** determinar a remessa dos autos ao Tribunal para reexame necessário de todo o mérito.

QUESTÃO 52

Em 18/01/2020, Moacir ajuizou, com fundamento no Art. 700 e seguintes do Código de Processo Civil, ação monitória contra Ricardo, visando satisfazer crédito no valor de R\$ 50.000,00, oriundo de confissão de dívida celebrada pelas partes, em 10/01/2015. Após ser devidamente citado, Ricardo opôs embargos monitórios, nos quais sustentou, preliminarmente, a prescrição da dívida. No mérito, defendeu, com base em farta prova documental, que tinha realizado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do crédito cobrado por Moacir, razão pela qual haveria excesso na execução. Após a apresentação de réplica, o MM. Juízo da Vara Cível da Comarca da Capital de Pernambuco proferiu decisão na qual rejeitou a preliminar de prescrição arguida por Ricardo e intimou as partes a informarem as provas que pretendiam produzir. Diante do caso hipotético apresentado, qual é o recurso cabível contra a parcela da decisão que rejeitou a preliminar de prescrição?

- a)** Agravo de instrumento
- b)** Agravo interno
- c)** A decisão é irrecorrível
- d)** Apelação

QUESTÃO 53

Douglas foi locatário de um imóvel residencial de propriedade de Rubens. A locação, por prazo determinado, era garantida por Laura, que prestava fiança a Rubens, resguardado seu benefício de ordem. Finda a locação, Laura ficou sabendo que Douglas havia deixado de pagar os aluguéis referentes aos dois últimos meses de permanência no imóvel. Preocupada com as consequências do suposto descumprimento de Douglas, Laura procurou Rubens e realizou o pagamento dos dois aluguéis, tendo o locador dado plena quitação a ele. Tempos depois, como Douglas se recusava a reembolsar Laura pelos valores pagos, esta ingressou com ação de cobrança em face daquele. Na ação, porém, Douglas alegou, em contestação, que pagara em dia todos os aluguéis devidos a Rubens, de modo que Laura nada deveria ter pago ao locador sem tê-lo consultado. Douglas ainda informou ao juiz da causa que já havia ajuizado uma ação declaratória de inexistência de débito em face de Rubens, a qual ainda estava pendente de julgamento, tramitando perante juízo de outra comarca. Diante do caso hipotético apresentado, o juízo da ação de cobrança deve:

- a)** Reunir os processos para decisão conjunta, por tratar de hipótese de conexão.
- b)** Reunir os processos para decisão conjunta, por tratar de hipótese de continência.
- c)** Determinar a suspensão do processo enquanto pendente de julgamento a ação declaratória de inexistência de débito.
- d)** Extinguir o processo sem resolução do mérito.

QUESTÃO 54

Ailson adquiriu uma geladeira de última geração da marca Positiva em uma loja da rede Compre Bem, especializada em eletrodomésticos. Tão logo chegou à sua residência, ligou o aparelho na tomada e foi surpreendido com uma forte fumaça vinda do interior do produto, que, logo em seguida, explodiu, causando-lhe queimaduras severas e, ao final, um dano estético permanente. Inconformado, Ailson ajuizou uma ação indenizatória em face da Positiva Eletrônicos Ltda. e da Compre Bem Ltda., em litisconsórcio passivo. A primeira ré permaneceu revel, ao passo que a segunda ré negou, em contestação, a existência de qualquer defeito no produto. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** A defesa apresentada pela Compre Bem não pode beneficiar a primeira ré, em razão dela ter permanecido revel.
- b)** A contestação da comerciante (Compre Bem) poderá beneficiar a fabricante (Positiva) no que tange ao fato comum alegado – inexistência de qualquer defeito no produto.
- c)** Por se tratar de litisconsórcio unitário, a contestação da comerciante (Compre Bem) poderá beneficiar a fabricante (Positiva) no que tange ao fato comum alegado – inexistência de qualquer defeito no produto.
- d)** A defesa apresentada pela Compre Bem não pode beneficiar a primeira ré, pois os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão o outro litisconsórcio.

QUESTÃO 55

Elana, 20 anos, é filha de Letícia, solteira, e foi criada apenas pela mãe. Até 2020, a jovem não conhecia nenhuma informação sobre seu pai biológico. Porém, em dezembro daquele ano, Letícia revelou à sua filha que Joaquim era seu pai. Diante desta situação, Elana procurou Joaquim a fim de estabelecer um diálogo amigável, na esperança do reconhecimento espontâneo de paternidade por ele. Porém, Joaquim alegou que Letícia havia se enganado na informação que transmitira à filha e recusou-se não só a efetuar o reconhecimento, mas também afirmou que se negaria a realizar exame de DNA em qualquer hipótese. Após Joaquim adotar essa postura, Letícia ajuizou uma Ação de Investigação de Paternidade e Joaquim foi citado, pessoalmente, recebendo o mandado de citação sem cópia da petição inicial do processo. Em contestação, alegou nulidade da citação pela ausência da petição inicial. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** Joaquim está correto, sendo nula a citação, pois a ausência de contrafé viola princípios constitucionais da publicidade, dignidade da pessoa humana, ampla defesa e contraditório.
- b)** Joaquim está errado, por tratar-se de ação de família, o mandado de citação deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial.
- c)** Joaquim está correto, pois nas ações de família, o mandado de citação conterá os dados necessários à audiência e deverá estar acompanhando da cópia da inicial em respeito ao contraditório e a ampla defesa.
- d)** Joaquim está errado, pois nas ações de família o mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo apenas durante a audiência.

QUESTÃO 56

Larissa propôs uma ação judicial contra Paulo, objetivando a defesa da posse de um imóvel localizado em Recife. Em sede de contestação, Paulo alegou preliminar de ilegitimidade ativa, alegando que Larissa não era proprietária do imóvel, mas sim inquilina. Diante do caso hipotético apresentado, as disposições do CPC e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a)** Na pendência da ação possessória proposta por Larissa, nem ela, nem Paulo podem formular nova ação de reconhecimento de domínio, salvo em desfavor de terceira pessoa.
- b)** Na qualidade de inquilina, Larissa não tem legitimidade para promover a referida demanda.
- c)** Não é lícita ao autor a cumulação de pedido possessório com condenação em perdas e danos e indenização aos frutos, devido à natureza especial do procedimento.
- d)** Nessa espécie de ação, a participação de cônjuge do autor ou do réu é sempre indispensável.

QUESTÃO 57

Isabel (locadora) celebrou com Didi (locatário) contrato de locação residencial. Em seguida, o imóvel foi sublocado por Didi para Fernando. Passados alguns meses, por razões de descumprimento contratual, Isabel ingressa com ação de despejo em face de Didi. Diante do caso hipotético apresentado, o ingresso voluntário de Fernando no processo para defesa de seus interesses:

- a)** dependerá de autorização prévia das partes principais e ocorrerá por meio de chamamento ao processo.
- b)** deverá ser feito na qualidade de assistente litisconsorcial do locatário.
- c)** não obsta que a parte principal reconheça a procedência do pedido da ação de despejo.
- d)** somente poderá ser realizado até o momento do saneamento do processo.

QUESTÃO 58

Higor, estudante de enfermagem, com o conhecimento já adquirido no curso, presta, em determinada data, atendimento médico a um casal de moradores da comunidade em que residia, realizando diagnóstico e receitando medicamentos. O casal ficou curado após o atendimento “médico” de Higor e, em razão disso, passaram a ser constantes os atendimentos por ele realizados. Descobertos os fatos e verificado que foram realizados 20 atendimentos diferentes ao longo de um ano, o Ministério Público denunciou Higor como incurso nas sanções penais do Art. 282 do Código Penal, por 20 vezes, em continuidade delitiva. A proposta de suspensão condicional do processo não foi aceita pelo réu. Após regular instrução, a pretensão punitiva do Estado foi julgada procedente, sendo Higor condenado à pena de 10 meses de detenção (pena base no mínimo legal, aumentada de 2/3 em razão da continuidade delitiva), substituída a privativa de liberdade por uma restritiva de direitos. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a afirmativa correta quanto a existência de argumento para questionar a capitulação realizada?

- a)** A capitulação imputada pelo Ministério Público e acolhida pelo magistrado foi correta. A acusação imputou corretamente na denúncia 20 CRIMES autônomos do Art. 282 do CP e, conseqüentemente, a continuidade delitiva.
- b)** O argumento é o de que não houve concurso de crimes, mas sim crime único, diante da natureza de crime habitual da infração imputada.
- c)** A capitulação imputada pelo Ministério Público e acolhida pelo magistrado foi correta. Apesar da natureza de crime habitual da infração imputada, não descaracteriza o crime continuado.
- d)** O argumento é o de que não houve continuidade delitiva, mas sim concurso material de crimes.

QUESTÃO 59

Gustavo, estudante de farmácia, 25 anos, descobre que seu tio Juarez possuía grave doença no fígado, que lhe causava dores físicas. Durante seus estudos sobre medicina alternativa em livro oficial fornecido pela faculdade pública em que estudava, vem a ler que a droga conhecida como heroína poderia, em doenças semelhantes à de seu tio, funcionar como analgésico e aliviar a dor do paciente. Tendo acesso ao material que sabia ser heroína e sua classificação como droga, Gustavo, em 16 de julho de 2020, transporta e entrega o material para o tio, acreditando que, apesar de existir a figura típica do tráfico de drogas, sua conduta seria lícita diante dos fins medicinais. Avisou que o material deveria ser usado naquele dia, de forma imediata. No dia 18 de julho de 2020, após denúncia, policiais militares, com autorização para ingresso na residência de Juarez, apreendem o material ilícito e descobrem que Juarez o recebera de Gustavo, mas não o utilizou. Em seguida, comparecem à faculdade de Gustavo e realizam sua prisão em flagrante. Juarez e Gustavo foram indiciados, após juntada do laudo confirmando a natureza do material, pelo crime de tráfico de drogas (Art. 33 da Lei nº 11.343/06), mas, em razão da doença, Juarez vem a falecer naquela mesma data. Ao tomar conhecimento dos fatos, de imediato a família de Gustavo procura você, como advogado, para esclarecimentos. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a)** a conduta de Gustavo de transportar drogas seria típica, ilícita e culpável.
- b)** houve erro de proibição, afastando o potencial conhecimento da ilicitude indispensável para o reconhecimento da culpabilidade como elemento do crime.
- c)** estamos diante de hipótese de erro de tipo, já que houve falsa percepção da situação fática.
- d)** houve desconhecimento das propriedades da substância e ignorância da lei, o que isenta Gustavo de pena.

QUESTÃO 60

Lauro, no dia 16 de janeiro de 2020, ingressou na residência de Hércules e, mediante grave ameaça contra a vítima, buscou subtrair a televisão do imóvel. Após o emprego da grave ameaça à pessoa e a retirada dos parafusos da televisão, mas ainda quando estava dentro da casa com o bem, Lauro é surpreendido pela Polícia Militar, que informada dos fatos por vizinhos, realizou sua prisão em flagrante. Em sede policial, foi descoberto que Lauro contou com a participação de João, que, sabendo do plano criminoso do amigo, foi o responsável por dizer o horário em que a vítima estaria sozinha em sua residência, bem como a porta que teria uma falha na fechadura, facilitando o ingresso de Lauro no imóvel. Lauro e João foram denunciados pela prática do crime de roubo majorado pelo concurso de agentes. Observado o procedimento previsto em lei e confirmados os fatos, foi proferida sentença condenatória, sendo aplicada a pena mínima possível de 5 anos e 4 meses de reclusão, além de 13 dias-multa, para João. Já Lauro teve sua pena base fixada acima do mínimo legal, em 4 anos e 6 meses de reclusão e 12 dias-multa, reconhecendo o magistrado a existência de má conduta social, pelo fato de Lauro possuir 5 condenações sem trânsito em julgado pela suposta prática de crimes de roubo, apesar de admitir, na decisão, que as anotações constantes da Folha de Antecedentes Criminais não poderiam justificar o reconhecimento de maus antecedentes. Não foram reconhecidas agravantes, sendo, na terceira fase, a pena aumentada, no mínimo possível, em razão da majorante do concurso de agentes. Assim, a pena final de Lauro restou acomodada em 06 anos de reclusão e 15 dias-multa. Diante do caso hipotético apresentado, é correto afirmar:

a) A pena base aplicada a Lauro deverá ser reduzida, tendo em vista que ações penais em curso não podem ser valoradas de maneira negativa ao réu no momento de aplicação da pena base, sob pena de violação ao princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade.

b) O magistrado agiu erroneamente, pois há a possibilidade de as ações em curso, com ou sem condenações sem trânsito em julgado, poderem ser reconhecidas como maus antecedentes.

c) O magistrado agiu corretamente, pois ações em curso podem ser valoradas como condição social negativa ou personalidade voltada para prática de crimes e não como maus antecedentes.

d) O magistrado não agiu corretamente, pois ações penais em curso podem ser valoradas para aumentar a pena na segunda fase e terceira fase de individualização da pena.

QUESTÃO 61

O apenado Fabio cumpria pena pela prática do delito de extorsão simples, tendo requerido, por meio de advogado, a extinção da punibilidade por satisfazer os requisitos, objetivos e subjetivos, previstos no Decreto Presidencial de Indulto, publicado no ano de 2020 (requisito objetivo temporal e requisito subjetivo de não possuir falta grave nos últimos 12 meses anteriores ao decreto). Enquanto aguardava o deferimento do benefício requerido, no dia 02 de janeiro de 2021, ocorreu uma rebelião na galeria em que se encontrava. O diretor do presídio, em procedimento disciplinar próprio, no qual foi garantida a ampla defesa e o contraditório, não conseguindo identificar aqueles que efetivamente participaram da rebelião, reconheceu que todos os apenados daquela galeria praticaram falta grave. Ao tomar conhecimento dessa punição disciplinar, o juiz da execução indeferiu o pedido de indulto por ausência do requisito subjetivo. Diante do caso hipotético apresentado, na condição de advogado contratado, responda a alternativa correta.

- a)** Caberia a defesa alegar apenas a proibição de aplicação de sanções coletiva, tendo em vista que é possível ao magistrado considerar fato posterior à edição do decreto presidencial para indeferir o pedido de indulto.
- b)** Está correto o diretor do presídio em punir todos os apenados da galeria ao não identificar aqueles que efetivamente participaram da rebelião, pois são permitidas as sanções coletivas. Não possuindo argumento válido a defesa para combater o indeferimento do pedido de indulto.
- c)** A defesa deveria alegar a proibição de aplicação de sanções coletivas e aplicação do princípio da legalidade, o que impediria o magistrado de considerar faltas graves praticadas após a publicação do decreto de indulto.
- d)** A defesa deveria alegar que cumpridos todos os requisitos do decreto presidencial, não há possibilidade de ser indeferida a concessão do indulto. Já no que tange as sanções coletivas, elas

são permitidas pela LEP.

QUESTÃO 62

Isabelly, funcionária autorizado para tanto, facilitou a inserção de dados falsos nos sistemas informatizados da administração pública, sendo denunciada pelo Ministério Público pela prática do crime previsto no art. 313-A do CP, que assim preceitua: inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano. Diante do caso hipotético apresentado, qual a natureza da infração penal mencionada?

- a) próprio com relação ao sujeito ativo, não sendo possível a responsabilização do particular em qualquer hipótese;
- b) doloso ou culposos, dependendo do elemento subjetivo do agente, sendo ambas puníveis;
- c) comum, sendo dispensável a presença de funcionário público;
- d) que admite, em tese, a tentativa.

QUESTÃO 63

Anderson não aceita o término de seu casamento com Isabel e decide matá-la. Como Isabel trabalhava em eventos infantis, Anderson a espera sair de uma festa, vai ao seu encontro e desfere duas facadas em sua barriga e um tiro no rosto, sendo estas lesões a causa do seu falecimento. Anderson foi identificado por câmeras de segurança e denunciado pelo crime de homicídio consumado. Diante do caso hipotético apresentado, em relação ao crime de lesão corporal, é correto afirmar que Anderson não foi denunciado com base no princípio da:

- a) subsidiariedade expressa;
- b) subsidiariedade tácita;
- c) alternatividade;
- d) consunção.

QUESTÃO 64

Sebastião está respondendo a processo criminal pela prática do crime de furto. Ocorre que, ainda na fase das investigações, nova lei entrou em vigor estabelecendo a redução do número de testemunhas que poderiam ser arroladas por cada uma das partes no procedimento ordinário. Sobre a hipótese, considerando a disciplina acerca da aplicação da lei processual penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) Em observância ao princípio do tempus regit actum, a lei que irá reger o processo é a lei do momento em que foi praticado o crime.
- b) Como a instrução ainda não se iniciara quando da entrada em vigor da nova lei, não se aplica a lei revogada.
- c) Em razão do princípio da anterioridade, não se aplica a lei nova ao processo de Sebastião.
- d) Tendo em vista o princípio da reserva legal, não se aplica a lei revogada ao processo de Sebastião.

QUESTÃO 65

Lino foi preso e conduzido por policiais à delegacia por ter participado de uma rixa envolvendo várias pessoas, crime este cuja pena é de 15 dias a 2 meses de detenção, ou multa, sendo de ação penal pública incondicionada. O promotor de justiça designado para acompanhar o caso verificou que Lino, apesar de ter sido beneficiado com proposta de transação penal no ano anterior, era tecnicamente primário e de bons antecedentes. Neste caso, considerando as disposições da Lei nº 9.099/95, assinale a opção correta.

- a)** Como a ação penal é pública incondicionada, não poderá ser oferecida composição civil dos danos, o qual apenas é cabível nas ações penais de natureza privada.
- b)** Já que Lino é tecnicamente primário, poderá ser oferecida proposta de transação penal.
- c)** Caso Lino não aceite quaisquer dos institutos despenalizadores, o Ministério Público não poderá oferecer denúncia oral a ser reduzida a termo, devendo a denúncia ser apresentada por escrito.
- d)** Poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo, mas não proposta de transação penal, em razão do benefício anteriormente concedido.

QUESTÃO 66

No curso do inquérito policial foi apurado que Ernesto cometeu o crime de feminicídio contra sua ex-namorada. O agente, que desejava se livrar das responsabilidades pelo seu ato, estava armando um plano de fuga para fugir do Brasil. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a)** Ernesto poderá ser preso preventivamente, por ordem da autoridade judiciária competente, que, contudo, não poderá decidir de ofício.
- b)** Ernesto poderá ser preso em flagrante exclusivamente pela autoridade policial.
- c)** Ernesto poderá ser preso temporariamente, de ofício ou após requerimento do Ministério Público ou representação da autoridade policial.
- d)** Ernesto poderá ser preso em flagrante pela autoridade policial ou por qualquer do povo.

QUESTÃO 67

Iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz observou que todas as testemunhas arroladas pela defesa já se encontravam presentes, enquanto que, naquele momento, apenas três testemunhas de acusação haviam chegado para audiência. Diante desse cenário, o magistrado, fundamentando sua decisão no princípio da instrumentalidade das formas, decidiu ouvir primeiro as testemunhas de defesa. Considerando a situação descrita, bem como a disciplina acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal, é correto afirmar que a decisão do juiz de inverter a ordem de oitiva das testemunhas:

- a)** ofende o princípio da busca da verdade real.
- b)** constitui mera irregularidade e ofende apenas norma de ordem infraconstitucional, não havendo que se falar em ofensa a qualquer princípio.
- c)** ofende o princípio do devido processo legal.
- d)** foi correta e bem fundamentada, pois o processo não é um fim em si mesmo.

QUESTÃO 68

A coisa julgada ocorre quando a decisão se torna imutável (trânsito em julgado). Ou seja, quando não for mais cabível qualquer recurso. No processo penal, tem-se que a coisa julgada pode ser material ou formal. A coisa julgada material ocorre quando a imutabilidade se projeta para fora do processo (imutabilidade extrínseca), tornando a decisão imutável e indiscutível além dos limites do processo em que foi proferida. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a)** faz coisa julgada material no nível a decisão absolutória que reconheça que o fato não constitui crime.
- b)** a decisão absolutória que reconheça estar provado que o réu não concorreu para o crime faz coisa julgada material no nível.
- c)** faz coisa julgada material no nível a decisão que julgue extinta a punibilidade pela prescrição.
- d)** a decisão que arquiva o inquérito policial por falta de indícios de autoria faz coisa julgada material no nível.

QUESTÃO 69

O membro do Ministério Público, após receber os autos do inquérito policial, constatou que não havia indícios suficientes de autoria do fato criminoso, pois não foram realizadas diligências que reputava necessárias, tais como a busca e apreensão. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a)** O promotor deverá oferecer a denúncia e, depois, requerer ao juiz a realização de diligência investigatória.
- b)** O promotor deverá promover diretamente a realização da diligência investigatória.
- c)** O promotor deverá arquivar o inquérito, tendo em vista tratar-se de hipótese de absolvição sumária.
- d)** O promotor deverá requerer ao juiz a realização de diligência investigatória antes do oferecimento da denúncia.

QUESTÃO 70

Gercino trabalha na empresa “Gamboa Ltda.” e, ocasionalmente, no seu período de descanso, recebe ligações de seu empregador, no celular fornecido por esse último para a realização do trabalho. Essas ligações são rapidamente resolvidas e não geram transtornos adicionais no seu dia-a-dia. No entanto, ao conversar com um colega advogado, Gercino decide entrar com uma Reclamação Trabalhista, alegando verificar, no caso concreto, o regime de sobreaviso, haja vista atender ligações de seu chefe fora da jornada de trabalho. Em razão do caso supramencionado e consoante a jurisprudência consolidada pelo Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- a)** Gercino obterá êxito na reclamatória trabalhista, pois mesmo que as ligações sejam breves, ainda assim configuram trabalho realizado em regime de sobreaviso, uma vez que o celular foi fornecido pelo empregador para a realização do trabalho.
- b)** Gercino deveria ter pleiteado se encontrar em regime de prontidão na reclamatória trabalhista, situação mais adequada ao caso concreto, mas nada impede que o magistrado adeque os pedidos do reclamante.
- c)** Gercino não obterá êxito na reclamatória trabalhista, haja vista que o uso de instrumentos telemáticos ou informatizados fornecidos pela empresa ao empregado, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso.
- d)** O entendimento sumulado do TST é de que o regime de sobreaviso deve seguir estritamente a lei trabalhista, ou seja, aplica-se somente aos trabalhadores ferroviários, não sendo o caso de Gercino.

QUESTÃO 71

Devido a pandemia de Covid-19, a empresa Mirante terá que fechar um de seus vários estabelecimentos, por falta de recursos para manter suas funções. Menelau, gerente da empresa, se sente comovido pela história de Tadeu, seu funcionário, que teme ficar sem emprego em meio a uma crise econômica. Diante disso, ele procura você, na condição de advogado (a), no intuito de saber o meio legal mais adequado para manter o trabalho de Tadeu. Na oportunidade, você, como advogado (a), deverá esclarecer que:

- a)** A CLT expressamente prevê a possibilidade de transferência unilateral e definitiva do empregado quando ocorrer extinção do estabelecimento em que esse trabalhar.
- b)** Nada poderá fazer Menelau, tendo em vista que a CLT apenas prevê que em casos de extinção do estabelecimento, deverá haver a demissão sem justa causa dos empregados.
- c)** Em casos de extinção do estabelecimento, a CLT prevê ser imprescindível a adoção do Plano de Demissão Voluntária (PDV), a ser ofertado pelo empregador assim que esse verificar crise econômica iminente.
- d)** Nessas hipóteses, quando houver extinção do estabelecimento em razão de crise econômica, a CLT possibilita ao empregador demitir seus funcionários por justa causa, para poupar-lhe do pagamento de verbas rescisórias exacerbadas.

QUESTÃO 72

Ravena, Revisora contratada por uma grande editora de livros, passou a ter entraves para se locomover até o trabalho, uma vez que a cidade em que mora removeu as linhas de ônibus que passavam perto de sua casa. Ao perceber que sua funcionária tinha problemas, Leôncio, seu empregador, decidiu fornecer-lhe um veículo para que essa se transportasse, haja vista esse ser imprescindível para a realização do trabalho de sua funcionária. Miguel, inimizado de Ravena, verificou que a Revisora utilizava o veículo para atividades particulares, e aconselhou Leôncio a realizar descontos salariais da funcionária, considerando o veículo como salário in natura. A partir do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a)** Leôncio deverá realizar os descontos salariais da funcionária assim que constatar a infração cometida, uma vez que essa agiu de má-fé ao utilizar o veículo também em atividades particulares.
- b)** Leôncio, por ter expressamente concedido o veículo para o transporte até o trabalho, deverá retirar tal benefício da funcionária imediatamente, pois o silêncio nesses casos considera perdão tácito da infração.
- c)** Leôncio não deverá realizar descontos salariais da funcionária, pois o veículo concedido é indispensável para o trabalho, ainda que ele seja utilizado também em atividades particulares.
- d)** Leôncio deverá demitir Ravena por justa causa, haja vista que essa é uma das hipóteses de falta grave elencadas na legislação trabalhista.

QUESTÃO 73

Maria Alice tem 17 anos e foi contratada como atendente da loja de conveniência Muito Mais, trabalhando em escala de 12x36 horas, no horário de 18h às 6h, com pausa alimentar de 1 hora. Essa escala é prevista no acordo coletivo, assinado pela loja com o sindicato de classe, em vigor. A empregada teve a CTPS assinada e tem, como atribuições, auxiliar os clientes, receber o pagamento das compras e dar o troco quando necessário. Diante do quadro apresentado e das normas legais, assinale a afirmativa correta.

- a)** A hipótese trata de trabalho proibido.
- b)** O contrato é plenamente válido.
- c)** A situação retrata caso de atividade com objeto ilícito.
- d)** Por ter 17 anos, Maria Alice fica impedida de trabalhar em escala 12x36 horas, devendo ser alterada a jornada.

QUESTÃO 74

Lezio é vigia noturno no condomínio residencial de apartamentos Ignes Andrenazo. Homero é vigilante armado de uma agência bancária. Leila é motociclista de entregas de uma empresa de logística. Avalie os três casos apresentados e, observadas as regras da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a)** Homero e Leila exercem atividade perigosa e fazem jus ao adicional de periculosidade. A atividade de Lezio não é considerada perigosa, e, por isso, ele não deve receber adicional.
- b)** Considerando que os três empregados não lidam com explosivos e inflamáveis, salvo por disposição em norma coletiva, nenhum deles terá direito ao recebimento de adicional de periculosidade.
- c)** Os três empregados fazem jus ao adicional de periculosidade, pois as profissões de Lezio e Homero estão sujeitas ao risco de violência física e, a de Leila, a risco de vida.
- d)** Apenas Homero e Lezio têm direito ao adicional de periculosidade por conta do risco de violência física.

QUESTÃO 75

Ferdinando trabalha na mineradora Joia Rara como auxiliar administrativo. A sociedade empresária, espontaneamente, sem qualquer previsão em norma coletiva, fornece ônibus para o deslocamento dos funcionários para o trabalho, já que ela se situa em local cujo transporte público passa apenas em alguns horários, de forma regular, porém insuficiente para a demanda. O fornecimento do transporte pela empresa é gratuito, e Ferdinando despense cerca de uma hora para ir e uma hora para voltar do trabalho no referido transporte. Além do tempo de deslocamento, Ferdinando trabalha em uma jornada de 8 horas, com uma hora de pausa para repouso e alimentação. Insatisfeito, ele procura você, como advogado (a), a fim de saber se possui algum direito a reclamar perante a Justiça do Trabalho. Considerando que Ferdinando foi contratado em dezembro de 2017, bem como a legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

- a)** Ferdinando faz jus a duas horas extras diárias, em razão do tempo despendido no transporte.
- b)** Ferdinando não faz jus às horas extras, pois o transporte fornecido era gratuito.
- c)** Ferdinando faz jus às horas extras, porque o transporte público era insuficiente, sujeitando o trabalhador aos horários estipulados pelo empregador.
- d)** Ferdinando não faz jus a horas extras, porque o tempo de transporte não é considerado tempo à disposição do empregador.

QUESTÃO 76

Fabício, empregado da Empresa Bem Viver, ajuizou uma ação trabalhista em face da empresa onde trabalha no valor R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), exercendo o seu Jus Postulandi. Ocorre que a ação foi julgada improcedente e Fabício recorreu dessa decisão, também exercendo o seu Jus Postulandi. Ocorre que a decisão proferida pelo TRT continha erro grave, contrariando a Constituição Federal.

Fabício, no sétimo dia, novamente recorreu dessa decisão perante o TST, utilizando-se do Recurso de Revista, e novamente exerceu o seu Jus Postulandi. Neste caso, o TRT deve:

- a)** Conhecer e julgar o recurso, pois a interposição do recurso está em consonância com a CLT e a jurisprudência.
- b)** Não conhecer do recurso, pois o recurso cabível perante o TRT deveria de ser Recurso Ordinário e não Recurso de Revista.
- c)** Não conhecer do recurso, pois apesar de ter apresentado o recurso correto e dentro do prazo recursal permitido em lei, o TRT deve indeferir a interposição do recurso, pois não é cabível que Fabício exerça o Jus Postulandi perante o TST.
- d)** Não conhecer do recurso, pois o prazo recursal para o ajuizamento da ação é de 05 (cinco) dias, e como Fabício recorreu no sétimo dia o recurso se encontra intempestivo.

QUESTÃO 77

A empresa Doce Tati Lopes impetrou mandado de segurança em lide de competência originária de tribunal regional do trabalho (TRT) em face de decisão do próprio TRT. Ocorre que houve procedência parcial na decisão do tribunal, além de condenação recíproca em honorários sucumbenciais, sendo a decisão passível de reforma mediante recurso. Dessa forma:

- a)** A empresa Doce Tati Lopes poderá impetrar um novo mandado de segurança, com o objetivo de impugnar a decisão proferida pelo TRT, tendo em vista que cabe mandado de segurança contra decisão judicial passível de reforma mediante recurso próprio, ainda que com efeito diferido.
- b)** A empresa Doce Tati Lopes poderá interpor recurso ordinário no prazo de 08 (oito) dias para o próprio TRT e igual dilação para o recorrido e os interessados apresentarem razões de contrariedade.
- c)** A empresa Doce Tati Lopes poderá interpor recurso ordinário no prazo de 08 (oito) dias para o TST e igual dilação para o recorrido e os interessados apresentarem razões de contrariedade.
- d)** A empresa Doce Tati Lopes poderá interpor recurso de apelação no prazo de 08 (oito) dias para o TST e igual dilação para o recorrido e os interessados apresentarem razões de contrariedade.

QUESTÃO 78

Carminha ajuizou uma ação perante a Vara Trabalhista a qual foi julgada parcialmente improcedente. Dessa decisão, Nazaré recorreu perante o TRT e por apresentar contrariedade perante a Constituição Federal, seu advogado achou por bem recorrer perante o TRT através do Recurso de Revista. Ocorre que a jurisprudência transcrita em recurso de revista não abrangia todos os fundamentos de decisão recorrida que resolva determinado item do pedido, neste caso, o recurso:

- a)** Não poderá ser conhecido, pois a decisão recorrida resolve apenas determinado item do pedido e a jurisprudência transcrita não abrange a todos.
- b)** A CLT e a jurisprudência nada determina. Logo, fica a critério do presidente conhecer ou não do recurso.
- c)** Conhecido, pois a jurisprudência permite que o recurso seja admitido mesmo que se resolva determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abrange a todos.
- d)** Deve o relator conceder um prazo para que o recorrente regularize o seu recurso.

QUESTÃO 79

Celina propôs uma Ação Trabalhista, na qual a parte ré Bombons Delicitá Ltda. recebeu a notificação da sentença em um sábado. Assinale a opção que, de acordo com a CLT, indica o dia a partir do qual se iniciará a contagem do prazo recursal.

- a)** O início do prazo será na segunda-feira e a contagem do prazo deverá ser iniciada na terça-feira, se forem dias úteis.
- b)** O início do prazo será na segunda-feira e a contagem do prazo também deverá ser iniciada na própria segunda-feira, se dia útil.
- c)** O início do prazo será no sábado, mas a contagem do prazo será iniciada na terça-feira, se dia útil.
- d)** O início do prazo será no sábado, mas a contagem do prazo será iniciada na segunda-feira, se dia útil.

QUESTÃO 80

Antony Eduardo é assistente administrativo na sociedade empresária Santecler Conservação Ltda, que presta serviços terceirizados à União. Ele está com o seu contrato em vigor, mas não recebeu o ticket refeição dos últimos doze meses, o que alcança o valor de R\$ 2.400,00, sendo R\$ 200,00 por cada mês. Por causa dessa irregularidade, estimulada pela ausência de fiscalização por parte da União, Antony pretende cobrar o ticket por meio de reclamação trabalhista contra a empregadora e o tomador dos serviços, objetivando garantir deste a responsabilidade subsidiária, na forma da Súmula 331 do TST. Diante da hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a)** A ação deverá seguir o procedimento ordinário, vez que há litisconsórcio passivo, sendo, em razão disso, obrigatório o rito comum.
- b)** A ação deverá seguir o procedimento sumaríssimo, uma vez que o valor do pedido é inferior a 40 salários mínimos.
- c)** A ação tramitará pelo rito ordinário porque um dos réus é ente público.
- d)** O autor poderá optar pelo procedimento que lhe seja mais vantajoso.